



ARQUITETURA PELA AUTONOMIA:

COMPLEXO HABITACIONAL DE MORADIA INDEPENDENTE E BEM-ESTAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ORIENTAÇÃO PROF. MAÍRA LONGHINOTTI FELIPPE
DISCENTE: MÔNICA BIHR LOPES - 19100505

AGRADECIMENTO

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, pelo apoio incondicional que sempre recebi ao longo desses seis anos de faculdade. Meus pais, Sérgio, com seu exemplo de dedicação e suporte emocional, e Eva, com sua força e resiliência, foram pilares fundamentais, tornando este sonho também deles; ao meu irmão, Bernardo, que sempre esteve presente nos momentos importantes e nas vivências que marcaram meu amadurecimento. Agradeço a todos por sua paciência e carinho, especialmente nos momentos de crises e recomeços. Este momento é tão meu quanto de vocês. Agradeço também a toda a minha família, avós, tias, tios, primas e primos, que sempre me deram força e incentivo para seguir em frente.

Aos meus amigos, de vida, de curso, de trabalho e de ensino, guardarei um lugar especial para todos os conselhos e momentos que vivemos. Agradeço por disponibilizarem com carinho seus ombros e ouvidos, e compartilharem os aprendizados que hoje carrego comigo. Foi intenso, difícil, prazeroso e maravilhoso. Sou grata por cada instante que passamos juntos e anseio pelos que ainda virão. Enfim, a todos que cruzaram meu caminho ao longo desses anos, muito obrigada pelas palavras de apoio e pelos abraços de incentivo.

É claro que também agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina e a todas as experiências que me foram proporcionadas durante esse percurso, especialmente pelos Departamentos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Design e Expressão Gráfica, que tanto me ensinaram e me permitiram apaixonar pela Arquitetura. Em especial, agradeço ao Prof. Almir Francisco Reis, que, em seu ateliê, sempre acresceu as minhas intenções projetuais, me ajudando a desenvolver meu estilo próprio, incentivando com experiências de vida e profissão, referências arquitetônicas e broncas ocasionalmente necessárias, estando sempre disponível e disposto a ajudar; e à Profa. Franciele Forcelini, por estimular o pensar de diferentes formas e, conseqüentemente, ressignificar minhas visões de mundo, além de reconhecer, com imensa sensibilidade, o meu potencial e nunca permitir que eu desanimasse, sempre demonstrar orgulho pelas minhas conquistas.

Gostaria de expressar um agradecimento especial à minha orientadora, Profa. Dra. Maíra Longhinotti Felipe, que, com sua gentileza, paciência e suporte impecável, me acompanhou durante o desenvolvimento deste trabalho. Sou imensamente grata pelos ensinamentos compartilhados, pela sensatez em cada orientação e, principalmente, por ter aceitado embarcar comigo nessa jornada, incentivando meu crescimento acadêmico e pessoal.

Por fim, agradeço a todos que fizeram parte deste trabalho, aos participantes que colaboraram com minha pesquisa e às equipes do Instituto JNG, NETI, Dtra. Deise e Dtra. Maria Luisa, sou profundamente grata por todo o tempo, dedicação e conhecimento compartilhados. Muito obrigada a todos!

SUMÁRIO

01

Apresentação 04

Introdução

Objetivo Geral

Objetivo Específico

Metodologia

02

A Diversidade 05

A Deficiência

O Espaço Construído

O Desenho Acessível

03

A Assistência 08

A Estrutura

A Moradia

A Moradia Assistida

04

A Arquitetura 11

O Efeito nos Corpos

A Arquitetura Sensorial

Os Elementos
Construtivos

05

A Imersão 12

Os Estudos de Casos

A Prevalência

Pesquisa de Campo

06

O Projeto 14

Os Princípios

A Inserção Urbana

As Intenções

Os Desenhos

INTRODUÇÃO

A arquitetura vai além de criar edifícios funcionais e esteticamente agradáveis, busca aprimorar a qualidade de vida dos usuários por meio de empatia e compreensão de como o ambiente influencia a experiência humana (ERSKINE, 2000). Por sua natureza multidisciplinar, integra diferentes áreas do conhecimento para atender às necessidades físicas, sensoriais e psicológicas. Mais do que projetar espaços físicos, o arquiteto promove a interação entre pessoas e lugares, influenciando positivamente comportamentos e experiências. Como ressalta o arquiteto finlandês Juhani Pallasmaa:

“Toda experiência comovente com a arquitetura é multissensorial; as características de espaço, matéria e escala são medidas igualmente por nossos olhos, ouvidos, nariz, pele, língua, esqueleto e músculos. A arquitetura reforça a experiência existencial, nossa sensação de pertencer ao mundo, e essa é essencialmente uma experiência de reforço da identidade pessoal.”

(PALLASMAA, 2011, p. 39).

No Brasil, grande parte da população com deficiência permanece invisibilizada. Segundo a PNAD (2022), cerca de 18,6 milhões de pessoas apresentam algum grau de dificuldade funcional ou deficiência intelectual/mental, muitas vivendo em famílias sem preparo adequado, o que limita a autonomia. Quando não há cuidadores, a residência integral é o modelo predominante de acolhimento, oferecendo suporte, mas restringindo a experiência de vida independente. Modelos internacionais mostram que é possível conciliar suporte personalizado com autonomia e integração social, embora no Brasil essas iniciativas ainda sejam limitadas.

Diante dessa lacuna, o estudo propõe investigar a concepção de uma moradia independente em Florianópolis – SC, capaz de integrar habitação, saúde, lazer e bem-estar, promovendo autonomia, inclusão social e participação comunitária, como alternativa às formas tradicionais de dependência familiar ou institucional.

1.1 OBJETIVO GERAL

O projeto propõe um complexo residencial com espaços de saúde e bem-estar que, baseado na Moradia Independente, usa a arquitetura para promover vida autônoma, convivência e pertencimento, mesmo quando há necessidade de suporte.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a importância da arquitetura inclusiva e seu impacto nos diferentes corpos.
- Identificar desafios sensoriais e espaciais de pessoas neurodivergentes e/ou com deficiência.
- Traduzir acessibilidade normativa e sensorial em diretrizes práticas para o projeto.
- Criar espaços que promovam o senso de comunidade e garantam conforto e segurança.

1.3 METODOLOGIA

O trabalho utilizou uma revisão bibliográfica ampla, abordando conceitos como neurodivergência, neurodiversidade, arquitetura inclusiva, moradia assistida, conforto ambiental e acessibilidade normativa (NBR 9050 e Lei 10.098). A pesquisa de campo, realizada com mapeamento sensorial e questionários online, foi complementada por estudo de caso para aprofundar a compreensão dos impactos do ambiente construído. A partir desses dados, foram sistematizadas diretrizes de projeto que servem como referência para profissionais, pessoas com necessidades específicas e familiares. Por fim, todas essas diretrizes foram aplicadas na construção de um projeto arquitetônico, incluindo modelo 3D e materiais de detalhamento técnico, demonstrando a integração prática das estratégias desenvolvidas.

Devido ao limite de páginas, as próximas seções são apresentadas de forma resumida no presente caderno. Por este motivo, tem-se um caderno de pesquisa suplementar, com o referencial teórico desenvolvido de forma integral, com maior aprofundamento nos conceitos, esquemas, tabelas e figuras. O caderno de pesquisa suplementar pode ser consultado clicando [aqui](#).

02.

A DIVERSIDADE:

A DEFICIÊNCIA

2.1 MODELO SOCIAL:

O Modelo Social da Deficiência marca uma mudança de paradigma ao deslocar o foco da deficiência do indivíduo para o meio em que ele vive. Diferente do modelo médico, que a interpreta como um problema biológico ou funcional, o modelo social identifica nas barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais as verdadeiras causas da exclusão. Nesse entendimento, a deficiência é um fenômeno sociopolítico, decorrente da inadequação dos ambientes às diversidades humanas.

Esse modelo reforça a necessidade de justiça social, redistribuição de recursos e garantia de direitos, orientando a reorganização da sociedade para eliminar barreiras e assegurar a participação plena de todas as pessoas, princípios alinhados à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)

2.2 CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

O entendimento do termo deficiência é amplo e sujeito a diferentes interpretações, e para garantir uniformidade neste trabalho, adota-se a definição prevista no artigo 2º da Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI):

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”
(BRASIL, 2015).

Além daqueles que já nascem com deficiência, qualquer pessoa pode, em algum momento da vida, vivenciar a perda de sentidos ou habilidades, seja em razão de acidentes, doenças ou do processo natural de envelhecimento.

2.3 A CLASSIFICAÇÃO

Compreender as diferentes formas de deficiência e suas implicações é essencial para identificar as reais necessidades dos indivíduos e, sempre que possível, eliminar situações que geram incapacidade e exclusão. Para isso, alguns pesquisadores propõem subdivisões que auxiliam no desenvolvimento de ambientes mais acessíveis e inclusivos. Nesse contexto, apesar de sua complexidade, a classificação das deficiências é fundamental. A categorização apresentada por Dischinger(2012) organiza as deficiências em quatro grupos: sensoriais, cognitivas, físico-motoras e múltiplas.

Este trabalho adota essa classificação como referência para subsidiar a elaboração do projeto, orientando soluções arquitetônicas mais adequadas, sendo sintetizadas na tabela ao lado.

2.4 A NEURODIVERSIDADE

Diferentemente do conceito de deficiência, que se refere a uma condição humana marcada por limitações ou impedimentos físicos, sensoriais ou cognitivos, o conceito de neurodiversidade é um movimento social que reconhece as diferenças neurológicas como variações naturais e normais do genoma humano, destacando como essas variações influenciam a sociabilidade, o aprendizado, a atenção e o humor. Ou seja, a neurodiversidade desloca o foco da patologia para a aceitação e valorização das diferenças.

CLASSIFICAÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS	DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
Deficiências Físico-Motoras	Alteram a capacidade de motricidade geral do indivíduo; Ausência, má-formação, lesões, ou paralisia dos membros ; Presença de dor, excesso de contração, falta de tonicidade muscular; etc.	Força física: agarrar, puxar, torcer, bater, etc.; Coordenação motora e precisão: rotacionar, pinçar, escrever; Mobilidade no espaço: caminhar, correr, pular.
Deficiências Sensoriais	Perda significativa nas capacidades dos sistemas de percepção do indivíduo. Inclui deficiências no sistema	Dificuldade ou impossibilidade da expressão oral; Orientação espacial afetada; Falta de capacidade de equilíbrio; Dificuldades de orientar-se espacialmente (não saber distinguir direções ou situar-se)
Deficiências Cognitivas	Falta de compreensão e tratamento das informações recebidas (atividades mentais).	Dificuldades quanto a: resolução de problemas, concentração, aprendizagem e utilização da linguagem oral ou escrita; enfrentar situações novas e tomar decisões; convívio social
Deficiências Múltiplas	associação de mais de um tipo de deficiência	
Neurodivergente	As diferenças do indivíduo em seu processamento cerebral que o fazem experimentar e interagir com o mundo de maneiras distintas das normas.	Condições como Transtorno do Espectro Autista (TEA); Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Dislexia; Transtorno Bipolar.

FONTE: Adaptado de DISCHINGER et al (2012)

A DIVERSIDADE:

O ESPAÇO CONSTRUÍDO

2.5 BARREIRAS:

Partindo do reconhecimento da diversidade humana como aspecto inerente à vida, a eficácia da interação entre o ser humano e o ambiente construído depende tanto das capacidades individuais quanto da forma como os espaços e objetos ao seu redor são projetados (CAMBIAGHI, 2007). A presença de uma deficiência implica determinados níveis de limitação para a realização de atividades, mas tais dificuldades podem ser minimizadas por soluções de desenho universal ou pelo uso de tecnologias assistivas (DISCHINGER et al., 2012). Em contrapartida, características ambientais inadequadas podem agravar essas limitações, transformando elementos que representam apenas desconforto para pessoas sem restrições, em barreiras intransponíveis para pessoas com necessidades especiais.

Compreende-se, portanto, que os obstáculos na relação entre indivíduo e espaço estão diretamente associados ao meio físico e ambiental em que essa interação ocorre, sendo justamente essas barreiras que comprometem a participação em condições de igualdade. No que se refere a tais barreiras como limitadores da participação social plena e efetiva das pessoas com deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) as define como:

“qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros...”

(BRASIL, 2015);

Elas também podem ser classificadas conforme suas características, como sintetizado na tabela ao lado.

TIPOS DE BARREIRAS	ONDE OCORREM	EXEMPLOS
Barreiras urbanísticas	Nas vias e espaços públicos e privados, abertos ao público ou de uso coletivo	Ausência de rampas e sinais sonoros para travessia; passeios muito estreitos, sem calçamento ou com buraco;
Barreiras arquitetônicas	Edifícios públicos e privados	Ausência de rampas ou elevadores, portas estreitas que não permitem a passagem de uma cadeira de rodas, ausência de piso tátil em locais amplos;
Barreiras nos transportes	Sistemas e meios de transportes	Ônibus sem piso baixo ou plataforma elevatória, ponto de ônibus sem pisos táteis, vagão de metrô sem sistema sonoro.
Barreiras nas comunicações e na informação	Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte impossibilite a expressão ou o recebimento	Placas informativas mal posicionadas e sem legibilidade; sistemas de informação apenas sonoros em aeroportos e estações
Barreiras atitudinais	Atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas	Estacionar o carro em vaga para pessoas com deficiência; negar matrícula escolar para criança com deficiência; não contratar uma
Barreiras tecnológicas	São as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias	Computador sem sistema de leitura de tela; sites sem alternativas textuais para imagens, sons e vídeos, e sem possibilidade de aumento do tamanho de fontes e contraste de cores

FONTE: Adaptado de DISCHINGER et al (2012)

As barreiras presentes no ambiente físico e social produzem restrições espaciais, isto é, dificuldades ou impedimentos para que as pessoas realizem determinadas atividades. Essas restrições representam o resultado direto das barreiras, expressando-se como limitações físicas, sensoriais, cognitivas ou múltiplas.

A DIVERSIDADE:

“a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações de uso público ou coletivo.”

(ABNT NBR 9050:2020)

2.6 DISPOSITIVO LEGAL:

Nesse contexto, se as barreiras representam a causa e as restrições o efeito, a acessibilidade, que consiste na eliminação ou minimização desses obstáculos, é a solução, garantindo, por lei, que todos os indivíduos possam interagir com os espaços de forma plena e autônoma.

LINHA DO TEMPO:

- 1980 — Início das discussões
Primeiros debates sobre eliminação de barreiras arquitetônicas na construção civil.
- 1985 — Primeira edição da ABNT NBR 9050
Publicação da norma “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, primeiro marco técnico do país.
- 1988 — Constituição Federal
Reconhece a acessibilidade como direito social, vinculada à dignidade humana e igualdade de oportunidades.
- 1994 / 2004 / 2015 / 2020 — Revisões da NBR 9050
A norma evolui incorporando princípios de inclusão, desenho universal e avanços técnicos.
- 2000 — Lei 10.098 (Lei da Acessibilidade)
Define normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade.
- 2004 — Decreto nº 5.296 (Decreto da Acessibilidade)
Regulamenta a Lei 10.098/2000, torna obrigatória a aplicação da NBR 9050 e consolida o conceito legal de acessibilidade.
- 2015 — Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146)
Marco civil da pessoa com deficiência: amplia o conceito de acessibilidade, tornando-o um direito que garante vida independente, participação social e eliminação de barreiras de qualquer natureza.

O DESENHO ACESSIVEL

2.7 COMPONENTES

Para que esses direitos deixem de ser apenas conceitos e se concretizem no espaço construído, é necessário compreender como intervir sistematicamente sobre as barreiras e restrições. Nesse contexto, os projetos arquitetônicos acessíveis devem atuar em quatro componentes da Acessibilidade Espacial, que orientam a transformação do ambiente físico e garantem que todos os usuários possam realizar atividades de forma segura, autônoma e confortável:

ACESSIBILIDADE	OBJETIVO COM RELAÇÃO ÀS BARREIRAS
Orientação Espacial	Garantir que o usuário possa obter informações sobre as atividades existentes, sua localização e percursos possíveis, minimizando Restrições de Percepção Sensorial e Cognitiva.
Comunicação	Assegurar a troca de informações e o recebimento de mensagens, eliminando barreiras de Comunicação e Restrições Sensoriais.
Deslocamento	Possibilitar que o usuário se movimente ao longo de percursos (horizontais e verticais) de forma independente, segura e confortável, removendo Barreiras Físico-Motoras.
Uso	Garantir a possibilidade efetiva de participação e realização de atividades (como usar um balcão, uma porta ou um sanitário) com conforto, segurança e mínimo esforço físico.

FONTE: Adaptado de DISCHINGER et al (2012)

Cada componente é constituído por um conjunto de diretrizes que definem características espaciais de forma a permitir a acessibilidade aos edifícios públicos e minimizar possíveis restrições espaciais. É importante salientar que a acessibilidade espacial depende do atendimento desses componentes em sua totalidade e que, dependendo das condições dos usuários e de suas necessidades, basta o não cumprimento de um deles para que todos os demais sejam comprometidos.

2.8 O DESENHO UNIVERSAL

o Desenho Universal propõe uma mudança de paradigma: não se trata de adaptar o espaço para alguns, mas de planejar desde o princípio para todos. Essa abordagem reconhece e valoriza as diferenças antropométricas, sensoriais e cognitivas, promovendo o uso autônomo e confortável dos espaços, produtos e sistemas. Conforme Guimarães (2008), a acessibilidade destinada a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida deve estar integrada às demais soluções projetuais, de modo a gerar benefícios amplos e igualitários para toda a sociedade.

Para orientar sua aplicação, foram estabelecidos sete princípios fundamentais (CAMBIAGHI, 2007):

OS PRINCÍPIOS DO DESENHO UNIVERSAL	
Equitativo - Igualitário	Ambientes, objetos e produtos que podem ser utilizados por pessoas com capacidades diferentes.
Uso Flexível - Adaptável	Produtos que atendam pessoas com diferentes habilidades e que possibilitem adaptação a formas diferentes de uso.
Uso simples e intuitivo	Entendimento simples, compreensível para qualquer pessoa, independentemente da idade, do conhecimento, da habilidade de linguagem ou do nível de concentração.
Informação de fácil percepção	Quando a informação é comunicada de forma que atenda às necessidades do receptor.
Tolerância ao erro - Seguro	Previsto para minimizar riscos e consequências de ações eventuais ou não propositais.
Esforço físico mínimo	Uso eficaz, com comodidade e mínimo de fadiga
Dimensionamento de espaços para acesso e uso abrangente	Dimensões e espaços adequados para acesso, alcance, manipulação e uso, independentemente das dimensões do corpo, postura ou mobilidade do usuário.

FONTE: Mace (1987), Apud ROMANINI e MARTINS (2014).

Esses princípios ampliam a inclusão e qualificam a experiência espacial de todos os usuários.

“O Desenho Universal é capaz de transformar e democratizar a vida das pessoas em diversos e amplos aspectos — na infraestrutura urbana, nos prédios públicos, nas residências e até nos produtos de uso cotidiano. E não falamos apenas de um grupo de pessoas, mas de uma transformação para todos que vivem em sociedade.” (GONÇALVES, 2022)

Importante destacar que o Desenho Universal, por si só, não garante a autonomia plena das pessoas com deficiência. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário articular um conjunto integrado de políticas, serviços e soluções habitacionais e urbanísticas, capazes de amparar os diferentes aspectos da vida em sociedade. Nesse contexto, a moradia independente ou assistida emerge como um instrumento essencial para a ampliação da autonomia residencial, oferecendo suporte físico e social adaptado às necessidades individuais. Paralelamente, os equipamentos urbanos de assistência, como CRAS, CREAS, Centros-Dia e CAPS, desempenham papel complementar, estruturando a rede de proteção social e possibilitando que as pessoas com deficiência participem ativamente da vida comunitária, com segurança, dignidade e acesso aos direitos de cidadania.

03. A ASSISTÊNCIA:

A ESTRUTURA E A MORADIA

3.1 A REDE DE ASSISTÊNCIA:

Historicamente, o cuidado às pessoas com deficiência ou sofrimento mental no Brasil esteve ligado ao modelo manicomial, caracterizado pela institucionalização prolongada e pelo afastamento da vida comunitária. As internações, embora marcadas por violações, muitas vezes representavam para as famílias a única alternativa diante da ausência de políticas públicas de suporte (FIETZ, 2018). Com a Reforma Psiquiátrica e a Lei nº 10.216/2001, inicia-se uma mudança de paradigma: o foco passa a ser o cuidado em liberdade e a reabilitação psicossocial, articulada por uma rede de serviços como CAPS, unidades de acolhimento, residências terapêuticas e equipamentos da assistência social, buscando promover autonomia, vínculos e inclusão.

Essa mudança se insere no fortalecimento da assistência social enquanto política pública, consolidada na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993). A assistência deixa de ser caridade e torna-se um direito, oferecendo proteção social, defesa de direitos e vigilância socioassistencial. Sua execução ocorre por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que articula CRAS, CREAS, Centros POP, Centros-Dia e unidades de acolhimento em gestão compartilhada entre União, estados e municípios. Apesar de sua abrangência normativa, a efetividade dessa rede permanece desigual no território, concentrando-se sobretudo em situações de extrema vulnerabilidade.

3.2 O DIREITO DE MORAR

Entre os temas relacionados à vida adulta de pessoas com deficiência, a moradia se configura como um dos mais desafiadores e sensíveis, justamente por estar historicamente conectado com temas de abandono e isolamento, herança direta do modelo asilar e manicomial. Embora o movimento de luta antimanicomial e as políticas de desinstitucionalização tenham promovido transformações significativas, muitas pessoas com deficiência ainda vivem segregadas em instituições, distantes do convívio comunitário.

E quando esse não é o caso, observa-se que a crença do cuidado se encontra no âmago familiar, que cuidará da pessoa com deficiência até a morte. (FIETZ, 2018)

Contudo, com os novos arranjos familiares, cada vez menores, e os avanços terapêuticos e tecnológicos, que ampliam o tempo de vida das pessoas deficientes, surge a preocupação sobre o futuro dessa pessoa quando os pais ou responsáveis não estiverem mais aqui. Problema que se agrava para as famílias de baixa renda. (POPPE, 2023)

O direito à moradia digna, um dos pilares centrais da inclusão e da autonomia da pessoa com deficiência, está expressamente assegurado no artigo 19 - Vida independente e inclusão na comunidade - da CDPD, que estabelece e insta os Estados para que

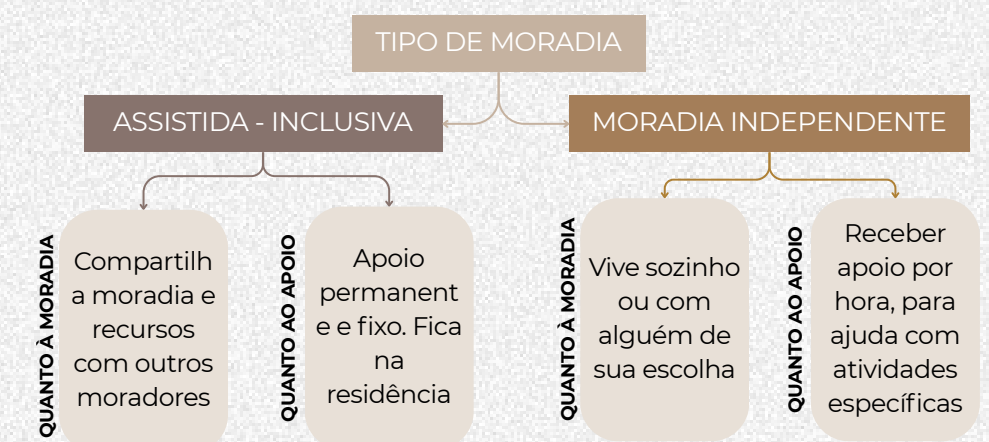
As pessoas com deficiência possam escolher seu local de residência e onde e com quem morar, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e que não sejam obrigadas a viver em determinado tipo de moradia

Uma moradia digna, nesse sentido, deve atender às necessidades humanas em todas as etapas e circunstâncias da vida, garantindo conforto, segurança e autonomia.

3.3 PANORAMA BRASILEIRO

No Brasil, a efetivação do direito à moradia digna para pessoas com deficiência ainda é limitada, apesar da existência das Residências Inclusivas (R.I.) ofertadas pelo SUAS, que deveriam garantir cuidado, autonomia e qualidade de vida a jovens e adultos dependentes. A oferta, porém, é insuficiente: em 2018 havia apenas 174 unidades para um potencial de 7,8 milhões de pessoas que poderiam necessitar desse tipo de moradia (PNAD/IBGE, 2022). Além da escassez, 77% das estruturas existentes ainda reproduz um modelo institucionalizado, com número excessivo de residentes e pouca humanização (POPPE, 2022). O acesso também é limitado do ponto de vista socioeconômico: apenas 9% das famílias brasileiras se enquadram no critério de renda para usufruir dessa assistência, enquanto 2% têm condições de pagar por soluções privadas, deixando 89% da população sem alternativas reais.

Essa combinação de escassez e inadequação revela a fragilidade das políticas de vida independente e explica por que muitas famílias recorrem a opções precárias, não por escolha, mas por falta de alternativas (FIETZ, 2018). Assim, discutir moradia torna-se essencial para garantir autonomia adulta, articulando-a aos pilares da empregabilidade e da socialização, fundamentais para a inclusão plena (POPPE, 2022).



FONTE: Adaptado do Instituto JNG

OS PRINCÍPIOS DA MORADIA INDEPENDENTE		
Aspectos da Construção (Imóvel Físico)	Acessibilidade e Inclusão	A moradia deve ser acessível como premissa. O design deve incorporar o conceito de “comum”, evitando o sentido de ser “especial” ou que gere segregação.
	Localização Urbana e Integração Comunitária	O sucesso do projeto depende da escolha de um bairro urbano, inserido numa comunidade de pessoas com e sem deficiência, com acesso a comércio local e transporte público. O propósito maior é a inclusão social e a convivência.
	Configuração dos Espaços	As moradias devem ser unidades independentes ou apartamentos "estúdios" (ou self-contained) com cozinha e banheiro privativo. A moradia é simplesmente a casa da pessoa, e não um ambiente terapêutico.
Suporte e Serviço de Apoio (Individualização)	Separação entre Imóvel e Suporte	É um fator chave separar o imóvel/moradia do programa de apoio individualizado. Os benefícios relativos à moradia (imóvel) devem ser separados do programa de apoio.
	Personalização e Foco na Emancipação	O apoio deve ser individualizado e ajustado ao perfil de cada morador, sendo prestado por horas (supervisão menor que 100% do tempo). Os protocolos devem trabalhar com os desejos de emancipação e de conquistas de novas habilidades dos moradores, e não com uma visão assistencialista.
	Rotina baseada na Escolha Pessoal	A vida de cada morador deve se organizar a partir de suas escolhas e habilidades, e não em função de regras de coletividade decididas por outros. A rotina e horários para se alimentar e dormir são pessoais.
Tecnologia e Dignidade	Incorporação de Tecnologias Assistivas	As tecnologias devem ser integradas para atender às necessidades individuais. Deve-se garantir a segurança de continuidade do uso das tecnologias assistivas.
	Preservação da Dignidade e Privacidade	A incorporação da tecnologia e o suporte profissional devem assegurar direitos e dignidade, mantendo o balanço entre privacidade e a administração de riscos inerentes à independência.
Monitoramento e Crescimento	Avaliação e Ajustes Contínuos	O apoio profissional deve ser monitorado e supervisionado permanentemente. A autonomia deve ser quantificada através de avaliações periódicas (a cada seis meses), comparando a pessoa com ela mesma. O objetivo é a redução do apoio necessário.

FONTE: Adaptado do Instituto JNG

3.4 MORADIA INDEPENDENTE:

O eixo central desse modelo, moradia independente, é o programa de apoio individualizado. Conforme Munoz (2017), não existe um grau de severidade da deficiência que impeça a pessoa de morar sozinha; o que varia é a quantidade de suporte necessária, que pode ir de 24 horas diárias, nos casos de dependência total, a algumas horas de auxílio em funções específicas, de acordo com as necessidades individuais. Os princípios desse estilo de moradia estão detalhados na tabela ao lado.

3.5 O INSTITUTO JNG:

A primeira moradia independente para pessoas com deficiência intelectual e/ou TEA no Brasil foi implantada em 2021, na cidade do Rio de Janeiro, pelo Instituto JNG, representando um avanço importante na efetivação do direito à vida independente. O Instituto foi fundado em 2013 por três mães preocupadas com o futuro de seus filhos, João, Nicolas e Gabriella, cujas iniciais deram nome à instituição, que questionavam como eles viveriam após a escola, trabalhando, morando e conquistando autonomia quando os pais não pudessem mais cuidar deles (INSTITUTO JNG, c2016). Inspiradas pelo modelo britânico da Ability Housing, visitado em 2011, firmaram um acordo de cooperação técnica para adaptar essa experiência à realidade brasileira.

O método JNG inclui quatro etapas: intenção do adulto em viver de forma independente, avaliação de perfil e autonomia, elaboração do Plano Personalizado de Apoio (PPA) e início da vida autônoma com suporte monitorado. A moradia prioriza a participação dos moradores, respeita suas escolhas, oferece apoio individualizado sem caráter terapêutico dentro da residência e garante inserção em bairros urbanos, promovendo integração social e vida comunitária. Para mais informações sobre o Instituto, consulte o caderno suplementar de pesquisa

04. A ARQUITETURA:

SENSORIAL

VISÃO:

Permite perceber cores, formas e a organização do espaço, influenciando a experiência psicológica, sendo que indivíduos hipersensíveis captam detalhes intensamente, enquanto os hipossensíveis percebem o ambiente de forma reduzida.

AUDIÇÃO:

Omnidirecional, molda a experiência do ambiente por meio de sons e acústica, sendo percebida intensamente por hipersensíveis e de forma fragmentada por hipossensíveis, influenciando a interação e o conforto nos espaços.

TATO:

Conecta diretamente o corpo ao ambiente, permitindo perceber texturas, temperaturas e superfícies, com hipersensíveis registrando cada detalhe intensamente e hipossensíveis necessitando de estímulos mais evidentes para interação e aprendizado.

OLFATO:

Molda a experiência e a identidade dos espaços de forma contínua, evocando memórias e emoções, tornando o ambiente mais envolvente e significativo para os ocupantes.

PALADAR:

Explorado por meio de hortas, pomares e jardins, enriquece a experiência sensorial dos espaços, evocando memórias, fortalecendo a conexão com o ambiente e promovendo interação e exploração dos usuários.

4.1 A ARQUITETURA SENSORIAL

Para que a moradia independente cumpra seu papel de promover autonomia, dignidade e inclusão social, não basta apenas garantir o direito legal ao espaço; é fundamental que o ambiente seja projetado de forma a atender às necessidades específicas de seus moradores. A arquitetura desempenha um papel significativo na promoção do bem-estar, sobretudo para pessoas neurodiversas, que percebem e respondem aos estímulos do ambiente de maneira distinta. Essas diferenças se manifestam como hipersensibilidade, resposta intensificada a estímulos sensoriais, como sons, texturas, luzes, cheiros e sabores, ou hipossensibilidade, caracterizada por percepção diminuída, que leva à busca por estímulos mais marcantes.

Nesse contexto, a arquitetura baseada nos sentidos surge como uma abordagem complementar ao Desenho Universal, criando espaços que não apenas sejam acessíveis, mas também promovam conforto, segurança e estímulos adequados. A arquitetura multissensorial, percebida por visão, audição, tato, olfato e até paladar, ultrapassa a função estética e utilitária, revelando-se como uma forma de arte capaz de mobilizar percepções e emoções, fortalecer o sentimento de pertencimento e tornar o espaço mais significativo e envolvente.

Compreender os cinco sentidos humanos e suas respostas aos estímulos do ambiente é essencial para definições arquitetônicas, uma vez que, esses aspectos influenciam comportamento, preferências e participação em atividades cotidianas. Essas aplicações sensoriais permitem que os espaços sejam pensados de forma mais completa, oferecendo experiências ricas e ajustadas às necessidades de todos os usuários, e servem como base para a elaboração de estratégias e recomendações para o projeto

4.2 ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

Cada sentido pode ser explorado e integrado aos diferentes elementos do projeto, influenciando decisões relacionadas à:

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL:

Layouts previsíveis e seguros favorecem orientação, conforto e regulação sensorial.

BIOFILIA:

Elementos naturais ou inspirados na natureza promovem bem-estar físico, emocional e social.

TEMPERATURA DO AR:

Conforto térmico depende de fatores físicos, fisiológicos e psicológicos, exigindo soluções arquitetônicas equilibradas.

MATERIAL, TEXTURA E FORMA:

Materiais e texturas influenciam conforto, segurança e estímulos sensoriais.

ACÚSTICA:

Controle do som reduz ruídos, melhora concentração e bem-estar, essencial para pessoas sensíveis.

ILUMINAÇÃO:

Luz natural e artificial adequada regula funções biológicas, percepção e conforto visual.

COR:

Cores orientam percepção, evocam emoções e equilibram o ambiente para diferentes sensibilidades.

ANTROPOMETRIA:

Medidas corporais orientam projetos ergonômicos, seguros e confortáveis, promovendo autonomia.

05. A IMERSÃO:

OS ESTUDOS DE CASO

5.1 SWEETWATER SPECTRUM COMMUNITY:



Localização: Sonoma, Califórnia, Estados Unidos
O que é: Residencial e Centro comunitário
Nº Unidades: 4 casas para 20 adultos e equipe + 1 duplex
Arquitetos: Leddy Maytum Stacy Architects
Ano: 2013 **Área Construída:** 2.044 m²

A referência do Sweetwater Spectrum mostra um modelo de moradia assistida pensado para pessoas com autismo, combinando ambientes sensorialmente confortáveis, programas flexíveis de desenvolvimento pessoal e forte integração com a comunidade local. O projeto se destaca pela relação direta com o entorno urbano, incentivando a participação dos moradores em atividades culturais e sociais para reduzir o isolamento, e pela hierarquia espacial bem definida entre áreas comuns, semi-públicas e privadas, garantindo autonomia, segurança e privacidade. Esses princípios são os elementos que serão incorporados à proposta.

5.2 HOSPITAL SARAH KUBITSCHKEK SALVADOR



Localização: Salvador, Bahia, Brasil
O que é: hospital de reabilitação
Nº Unidades: 178 leitos
Arquitetos: João Filgueiras Lima - Lelé
Ano: 1991 **Área Construída:** 27.000 m²

O Hospital Sarah Kubitschek, projetado por Lelé, é um marco da arquitetura humanizada e bioclimática, combinando estrutura leve, conforto ambiental e integração intensa com a natureza. Seu partido horizontal e aberto, os sheds que garantem iluminação natural e controle solar, além da ventilação natural eficiente criam ambientes acolhedores, saudáveis e sustentáveis. A presença constante de jardins, varandas e áreas ao ar livre reforça a ideia de cuidado sem aparência hospitalar, promovendo bem-estar e conexão com o entorno. Dessa referência, serão incorporadas principalmente a organização espacial e as estratégias de sustentabilidade que orientam o desempenho ambiental do projeto.

5.3 LAR DE IDOSOS PETER ROSEGGER



Localização: Krieglach, Estíria, Áustria
O que é: Lar de Idosos
Nº Unidades: 8 unidades de 13 pessoas mais 1 cuidador
Arquitetos: Dietger Wissounig Architekten
Ano: 2014 **Área Construída:** 6.800 m²

Sua organização em pequenas comunidades residenciais cria ambientes mais controláveis, previsíveis e com menor sobrecarga sensorial, aproximando a escala dos espaços da vivência doméstica e reduzindo a sensação institucional. A proximidade entre quartos, áreas de cuidado e postos de enfermagem otimiza o suporte assistencial, enquanto o uso de cores para orientar percursos ajuda na compreensão e diferenciação dos setores. A forte relação com a natureza, por meio de jardins, pátios, átrios e vistas externas, amplia as possibilidades de regulação sensorial e promove bem-estar. Para o projeto, serão incorporadas o uso das texturas para orientação e o contato direto com o ambiente natural.

A IMERSÃO:

5.4 A PREVALÊNCIA:

Para identificar as demandas espaciais prioritárias relacionadas à acessibilidade, foram consultados dados oficiais do IBGE sobre a prevalência de deficiências no Brasil. O objetivo foi reconhecer quais categorias apresentam maior incidência na população, orientando a análise para as condições com maior impacto social e ambiental. A PNAD Pessoas com Deficiência 2022, realizada em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, estimou em 18,6 milhões o número de pessoas com 2 anos ou mais com algum tipo de deficiência, equivalente a 8,9% da população nessa faixa etária. As deficiências visuais são as mais frequentes, seguidas pelas físico-motoras, auditivas e cognitivas.

5.5 AS DEMANDAS ESPACIAIS:

A partir dessa identificação, tornou-se possível aprofundar a análise das condições e doenças associadas a cada categoria de deficiência, compreendendo como se traduzem em necessidades ambientais específicas. Para isso, a investigação foi ampliada para diferentes grupos: deficiências sensoriais, com foco em pessoas surdas e cegas; neurodiversidade, considerando autismo e TDAH; deficiências físico-motoras, incluindo os desafios do envelhecimento e da obesidade; e deficiências cognitivas, com ênfase em quadros como Alzheimer e Síndrome de Down. Cada condição recebeu uma tabela de necessidades ambientais, disponível no caderno suplementar de pesquisa.

Esse enfoque metodológico fundamenta o projeto em evidências concretas, permitindo identificar quais adaptações projetuais têm maior impacto social e quais dimensões do ambiente construído exigem atenção prioritária, garantindo que as soluções propostas atendam efetivamente às demandas mais relevantes da população.

5.6 PESQUISA DE CAMPO:

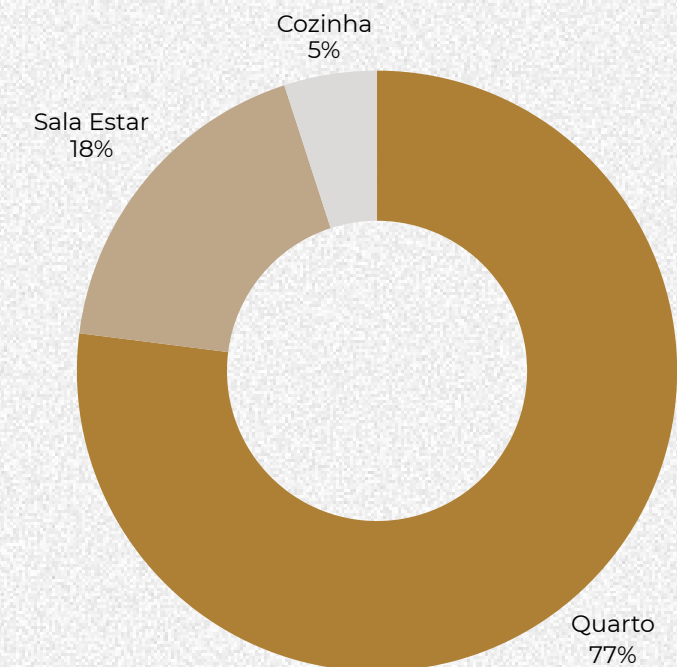
Uma vez composto o cenário brasileiro, foi importante explorar a realidade de Florianópolis, assim optou-se pela pesquisa de campo onde utilizou-se o Mapeamento Sensorial, um dos dispositivos da ferramenta chamada Mapa da Análise do Comportamento Aplicada (MABA), por meio da plataforma Google Forms, com responsáveis de neurodivergentes e idosos. O conteúdo do questionário online foi voltado para o entendimento da relação dessas pessoas com o ambiente residencial, obtendo a participação de 15 pessoas no total.

Um dos questionamentos foi com relação ao ambiente onde essas pessoas passam a maior parte do tempo e se sentem mais confortáveis. A maioria das respostas foi ambientes onde eles conseguem ter maior controle de estímulos. Em contrapartida, os ambientes onde eles se sentem menos à vontade são aqueles mais difíceis de controlar, onde há muitos estímulos como sons e iluminação excessiva, por exemplo.

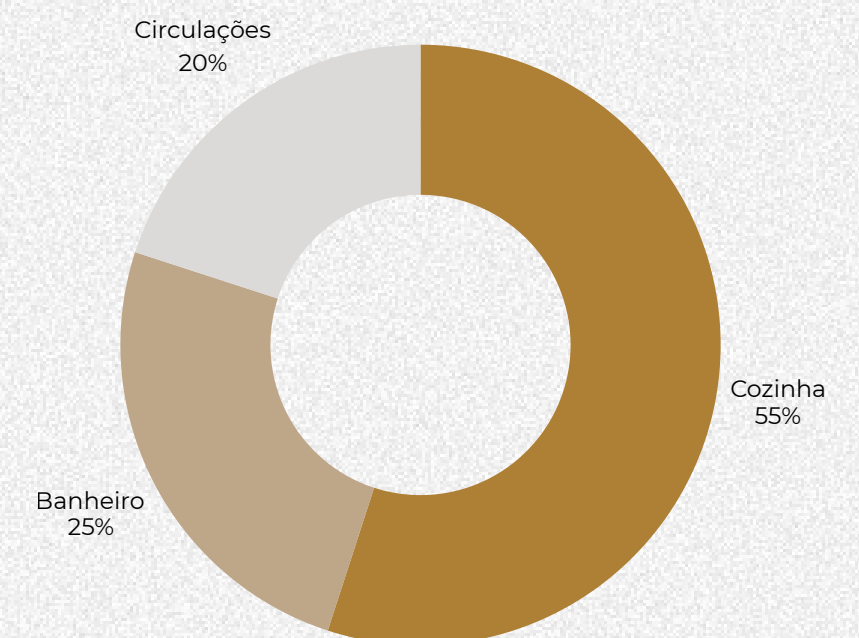
Devido ao limite de páginas, as questões dos questionários são apresentadas de forma resumida no presente caderno. Para acesso completo verificar os anexos do caderno de pesquisa suplementar, que pode ser consultado clicando [aqui](#).

A PREVALÊNCIA

Onde passa MAIOR parte do TEMPO:



Onde tem MAIOR DESCONFORTO:



06. O PROJETO:

OS PRINCÍPIOS

Devido ao limite de páginas, as próximas seções são apresentadas de forma resumida no presente caderno. Por este motivo, tem-se um caderno arquitetônico suplementar, com o referencial teórico desenvolvido de forma integral, com maior aprofundamento nos conceitos, esquemas, tabelas e figuras. O caderno arquitetônico suplementar pode ser consultado clicando [aqui](#)

6.1 DIRETRIZES PROJETUAIS:

Os relatos obtidos durante a pesquisa de campo contribuíram para compreender a relação entre o ambiente residencial e as pessoas com necessidades especiais, bem como seus familiares. As necessidades identificadas corroboram as informações presentes no referencial bibliográfico, evidenciando que diversos aspectos da arquitetura estão diretamente ligados à sensibilidade, ao conforto e ao bem-estar dos usuários. Diante disso, torna-se evidente a importância de reunir diretrizes de projeto que promovam acolhimento, conforto e estimulem o desenvolvimento das pessoas em seus ambientes residenciais.

Devido ao limite de páginas, as diretrizes assumidas para o projeto são apresentadas em uma cartilha suplementar. O cartilha suplementar pode ser consultado clicando [aqui](#)

6.2 OS PRINCÍPIOS

Para compatibilizar todas as demandas espaciais, fez-se necessária a adoção de princípios norteadores que orientassem as escolhas ao longo do projeto, sendo assim, foram estabelecidos critérios como

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE INTEGRADA:

Todos os espaços devem ser concebidos acessíveis, não apenas fisicamente, mas também sensorial e cognitivamente.

CONFORTO SENSORIAL E EXPERIENCIAL:

Espaços que minimizem sobrecarga sensorial e favoreçam percepção, entendimento e bem-estar.

AUTONOMIA E AUTOSSUFICIÊNCIA:

Ambientes que permitam que cada indivíduo realize atividades de forma independente, respeitando diferentes ritmos, capacidades e escolhas

FLEXIBILIDADE E ADAPTABILIDADE:

Espaços que possam se ajustar às necessidades de diferentes usuários ao longo do tempo, e que permitam múltiplas formas de uso e circulação, compatíveis com o ciclo de vida e evolução das habilidades dos moradores.

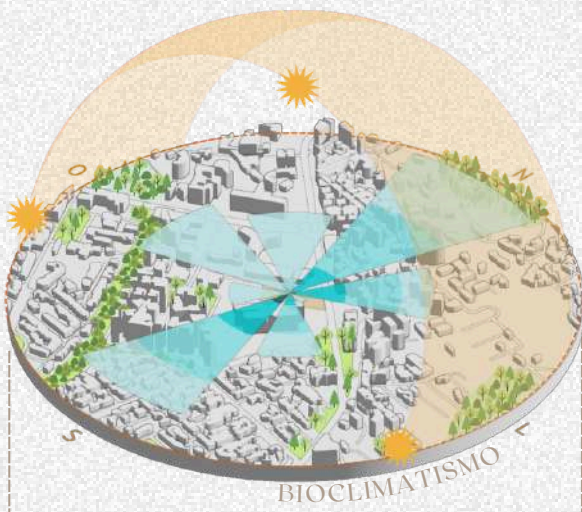
PERTENCIMENTO E CONVIVÊNCIA:

Favorecer a criação de vínculos sociais, integração familiar e participação comunitária. Ao mesmo tempo, garantir ambientes que promovam sensação de segurança, acolhimento e identidade.

COEXISTÊNCIA E DIVERSIDADE:

Princípio que propõe o ato de compartilhar o mesmo espaço de forma respeitosa e colaborativa, reconhecendo as diferenças e, quando a convivência direta não é possível, oferecendo alternativas e possibilidades que garantam o direito de estar, participar e pertencer sem exclusão.

O PROJETO



LEGENDA

- 0 a 2 m/s
- 2 a 4 m/s
- 4 a 6 m/s
- 6 a 8 m/s



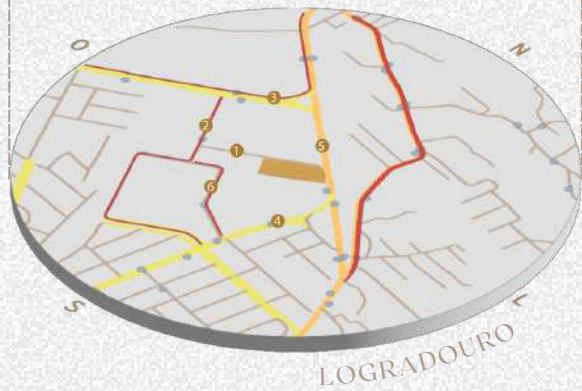
LEGENDA

- 1 Parque da Língua
- 2 Parque São Jorge
- 3 Praça Caiçara
- 4 Rio Itacorubi
- 5 Praça João Di Bernardi



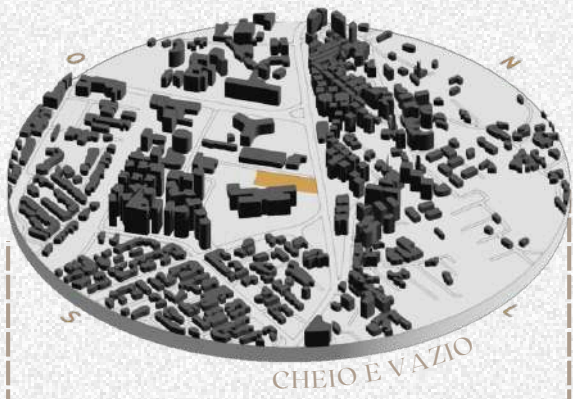
LEGENDA

- ACI
- AMC - 4.5
- AMC - 6.5
- APL - E
- ARM - 2.5
- ARM - 3.5
- ARM - 5.5
- ARM - 10.5
- ARP - 2.5
- AUC
- AVL
- ZIP



LEGENDA

- 1 R. Murilo Andriani
- 2 R. Eduardo Gonçalves d'Ávila
- 3 Av. Madre Benvenuta
- 4 Av. Itamarati
- 5 SC-404
- 6 R. Ver. Ramon Filomeno
- Rodovia
- Coletora
- Local
- Ciclovía
- Ponto de Ônibus



LEGENDA

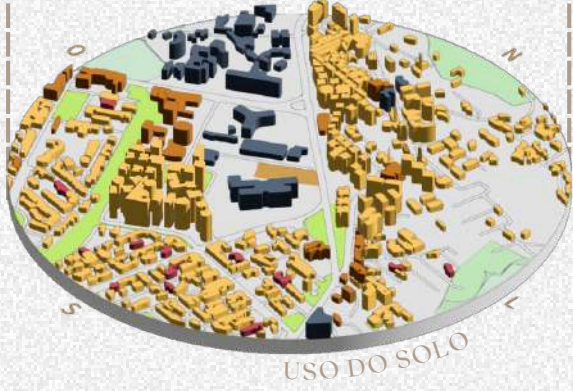
- 1 UFSC
- 2 UDESC
- 3 NEIM Joaquina Maria Peres
- 4 Posto de Saúde
- 5 Mercado
- 6 Esporte ASTEL
- 7 CELESC

OBS.:
Ausência de equipamento de assistência social



LEGENDA

- 1 a 2 Pav.
- 3 a 4 Pav.
- 5 a 6 Pav.
- 7 a 10 Pav.



LEGENDA

- Institucional
- Comercial
- Misto
- Residencial

INSERSÃO URBANA

6.3 EDIFÍCIO NA CIDADE

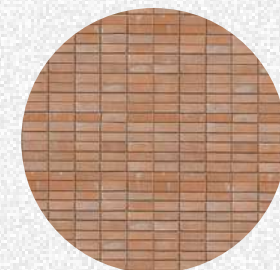
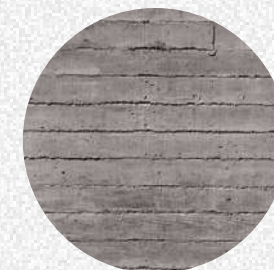
A proposta arquitetônica parte do entendimento de que o espaço físico é fundamental para viabilizar a moradia independente, orientando o edifício para atender às necessidades dos usuários e promover convivência, funcionalidade e participação ativa na cidade. Florianópolis, capital de Santa Catarina, oferece condições especialmente favoráveis para o desenvolvimento da proposta, reunindo qualidade de vida, segurança e um ambiente urbano dinâmico, sustentado por universidades, centros de pesquisa, hospitais e instituições públicas.

Inserido nesse contexto, o terreno selecionado, uma área pública de aproximadamente onze mil metros quadrados localizada na esquina entre a Rodovia Admar Gonzaga (SC-404) e a Rua Murilo Andriani, destaca-se pela posição estratégica e pela boa articulação com o entorno. Sua localização central garante acesso facilitado por diferentes modais de transporte, vias qualificadas e calçadas acessíveis, além da proximidade a equipamentos públicos, comércio e áreas de lazer. O lote, que conecta o Maciço do Morro da Cruz à comunidade do Morro do Quilombo, atua ainda como elemento de integração urbana e social. Com dimensões de 65 x 156 metros, inclinação ao norte de cerca de 27° e inserção em uma Área Comunitária Institucional (ACI), destinada a equipamentos comunitários e usos institucionais. Pela legislação, dois terços do terreno podem abrigar o empreendimento habitacional de interesse social, enquanto o terço restante deve permanecer como espaço público, com áreas de lazer e equipamentos comunitários. Os mapas a seguir apresentam as infraestruturas disponíveis no entorno.

6.4. ÀS INTENÇÕES:

O conjunto arquitetônico organiza-se em três volumes retangulares dispostos ao redor de um pátio central, que orienta circulações, amplia a permeabilidade visual e estrutura a convivência entre os usuários. Os blocos residenciais contam com circulações verticais centrais e corredores lineares que facilitam a orientação interna, enquanto o bloco de serviços integra rampa acessível, elevadores e escada lateral em um sistema contínuo conectado aos demais volumes por passarelas. A estrutura em pilares de concreto armado e lajes protendidas permite vãos amplos e flexibilidade espacial, e os fechamentos em tijolo aparente com vidro duplo garantem conforto térmico e acústico. A diferenciação de materiais reforça a leitura dos usos e qualifica a composição volumétrica

Do ponto de vista bioclimático, o projeto adota estratégias passivas que incluem jardins distribuídos desde o térreo até os terraços, favorecendo sombreamento, conforto e diversidade sensorial. O térreo livre, o afastamento entre os blocos e a orientação das aberturas asseguram ventilação cruzada, enquanto a volumetria proporciona boa incidência solar ao longo do ano. O conjunto atua como sistema integrado em que forma, circulação, materialidade e paisagem se articulam para garantir desempenho ambiental e qualidade espacial.



6.5. OS USOS:

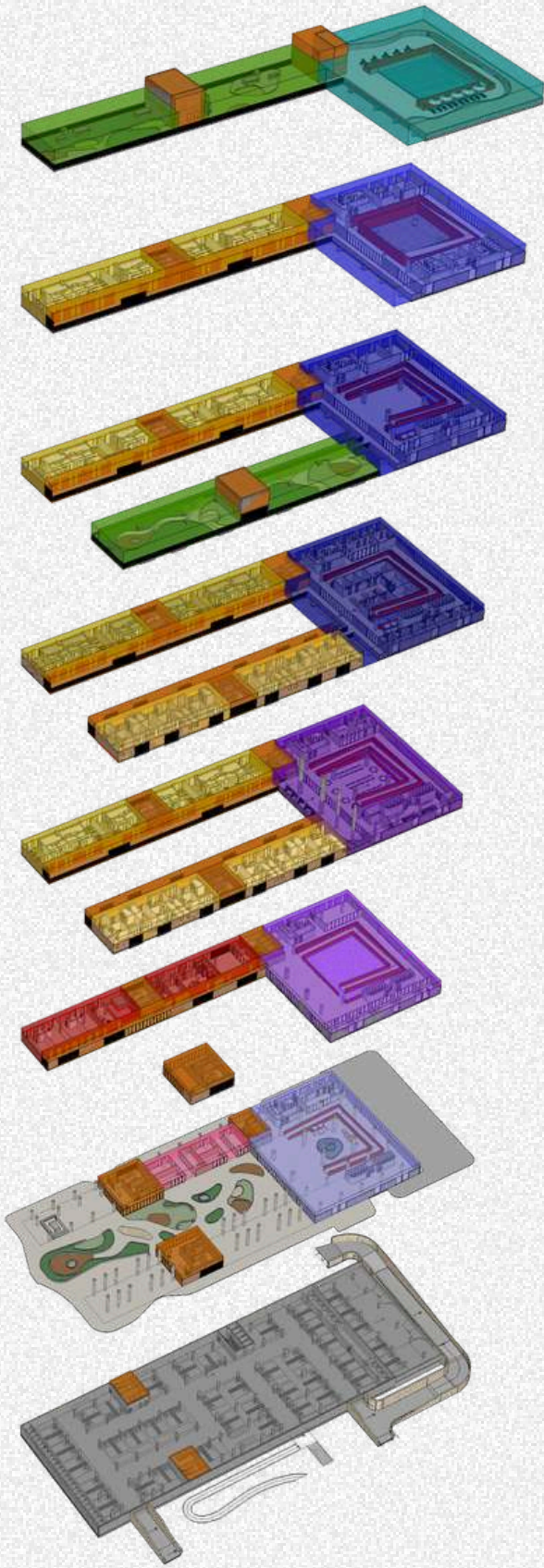
O programa do complexo é distribuído com base em princípios de caráter público, privado, interativo e introspectivo, buscando integrar os usuários ao entorno e promover convívio social.

O térreo é aberto ao uso público, com atividades de cunho comunal, como comércio e espaços de exposição cultural, estimulando a socialização e incentivando a cultura local. A presença de parques e quadras cria um corredor de uso público, conectando o complexo ao bairro. O bloco de serviços, com área de influência local, atrai a população para dentro do edifício, ampliando a vida social. Ele é composto por áreas administrativas, oficinas de habilidades, espaços de bem-estar desportiva, consultórios de saúde e terapias ocupacionais e um refeitório comunitário, que atende moradores, trabalhadores e estudantes da região.

Os blocos residenciais são organizados de acordo com o perfil dos usuários. Um dos blocos destina-se a apartamentos mais dinâmicos, compartilhados ou unitários. O pavimento tipo é composto por 6 apartamentos de um quarto e 6 de dois quartos, com áreas de estar reduzidas compartilhadas com a cozinha, favorecendo vivências coletivas.

O segundo bloco é voltado para famílias com demandas maiores, com pavimento tipo composto por 4 apartamentos de dois quartos, com estar completo, cozinha e lavanderia isolada, e 2 apartamentos de três quartos seguindo o mesmo padrão. Este bloco conta ainda com espaços semiprivativos compartilhados, permitindo uma convivência social mais controlada. Também abriga a sede administrativa da Moradia Independente, enfermaria e dormitórios para visitantes.

As coberturas foram projetadas para otimizar o retorno da área construída, incluindo bolsões de vegetação, canalização de águas cinzas para reuso e espaços de estar, tornando esses ambientes dinâmicos, funcionais e integrados ao uso cotidiano.



LEGENDA

- Garagem
- Circulação
- Comercio
- Administrativo
- Residencial
- Exposição
- Oficinas
- Refeitório
- Consultórios
- Academia Adaptada
- Vestiário
- Piscina
- Terraço Verde

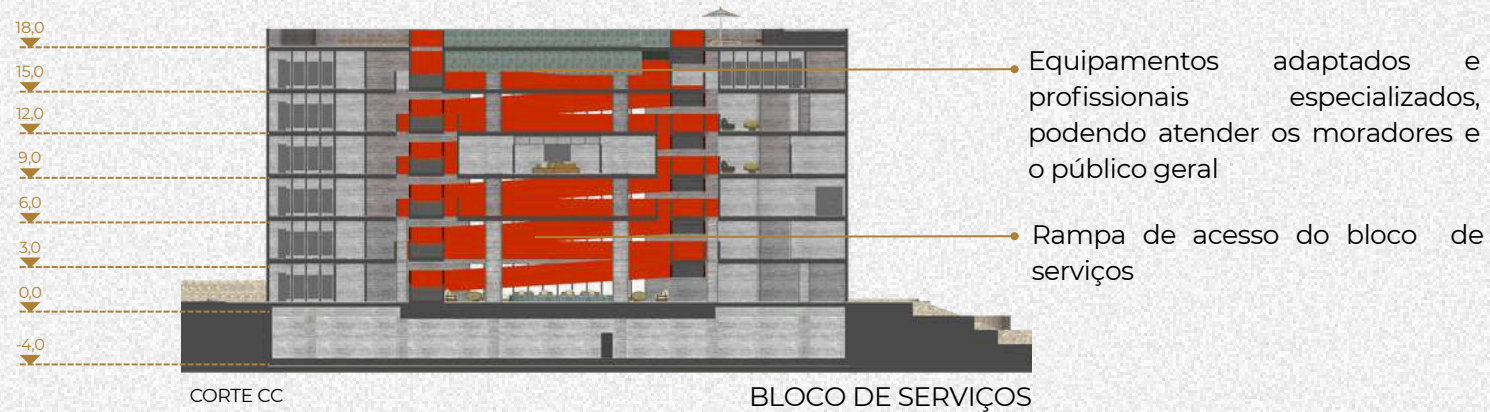
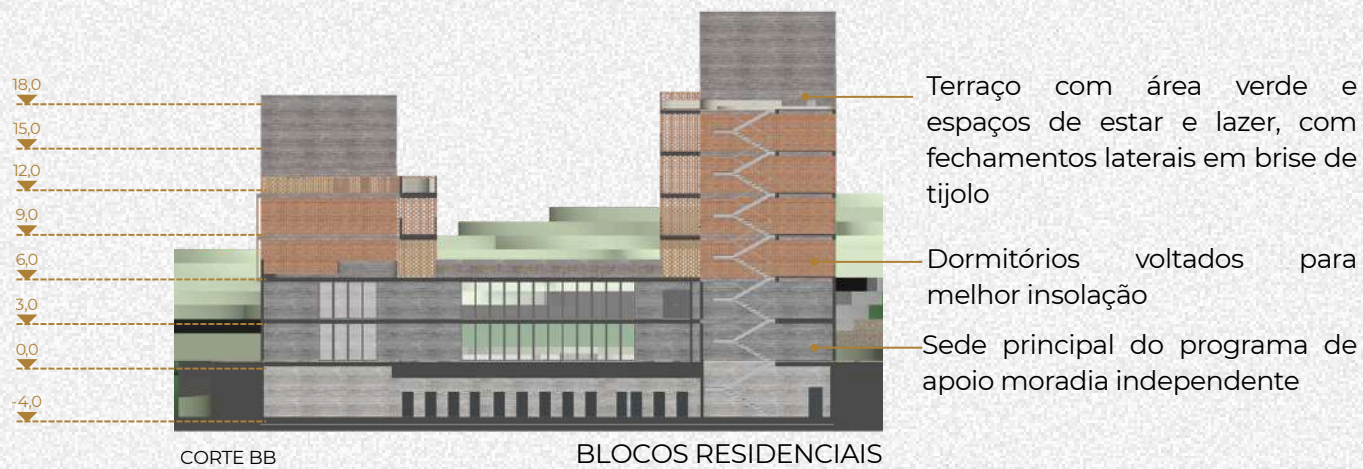
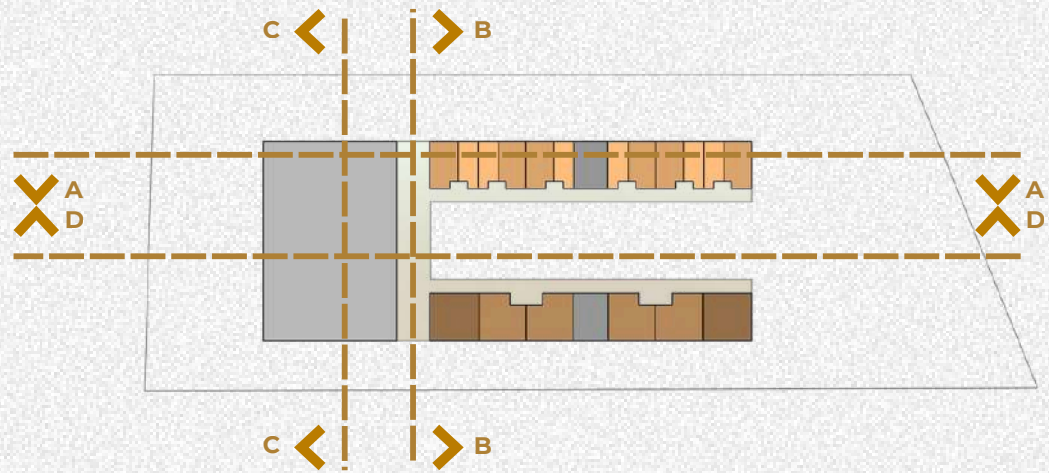
QUADRO DE ÁREAS			
PAV.	Á.DESCOBERTA	ÁREA COBERTA	
		ABERTA	FECHADA
SUBSOLO	0,00	700,00	3.843,00
TÉRREO	1.095,00	1.361,50	1.784,50
1º PAV	0,00	0,00	2.264,50
2º PAV	136,00	427,50	2.613,00
3º PAV	0,00	427,50	2.613,00
4º PAV	782,00	278,00	2.026,50
5º PAV	0,00	278,00	1.954,00
6º PAV	1.882,50	0,00	71,50
SOMA	3.895,50	3.472,50	17.170,00
TOTAL	24.538,00		

QUADRO DE ESTATÍSTICAS				
ÁREA DO TERRENO			11.151,35	
ÍNDICE	PERMITIDO - m²		UTILIZADO - m²	
IA	5,80	64.566,32	2,20	24.538,00
TO	0,65%	7.248,38	0,28%	3.083,84
ÍNDICE	MÍNIMO - m²		UTILIZADO - m²	
TI	0,80%	8.921,08	0,44%	4.872,50

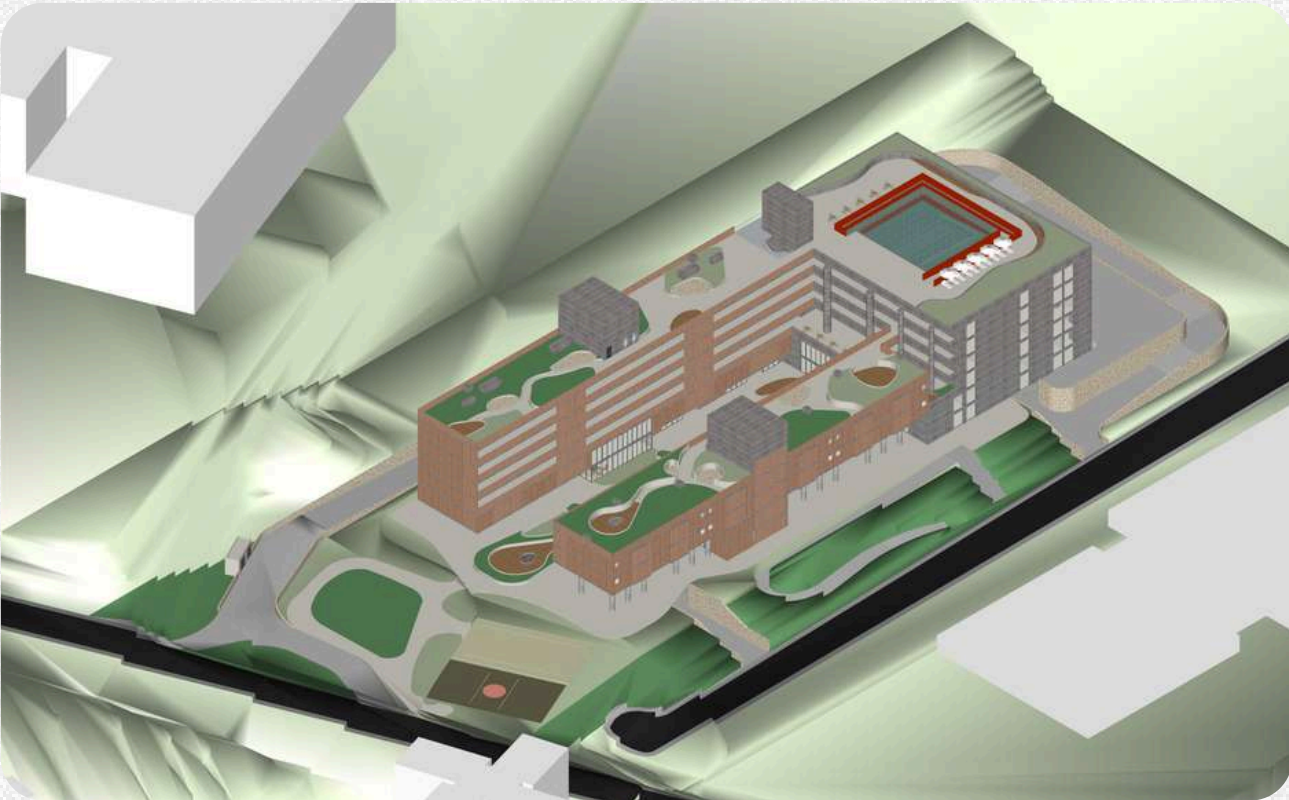
O PROJETO: OS DESENHOS

CORTE ESQUEMÁTICO

sem escala



O PROJETO: OS DESENHOS



FACHADAS

sem escala



FACHADA SUDESTE



FACHADA NORDESTE



FACHADA SUDOESTE

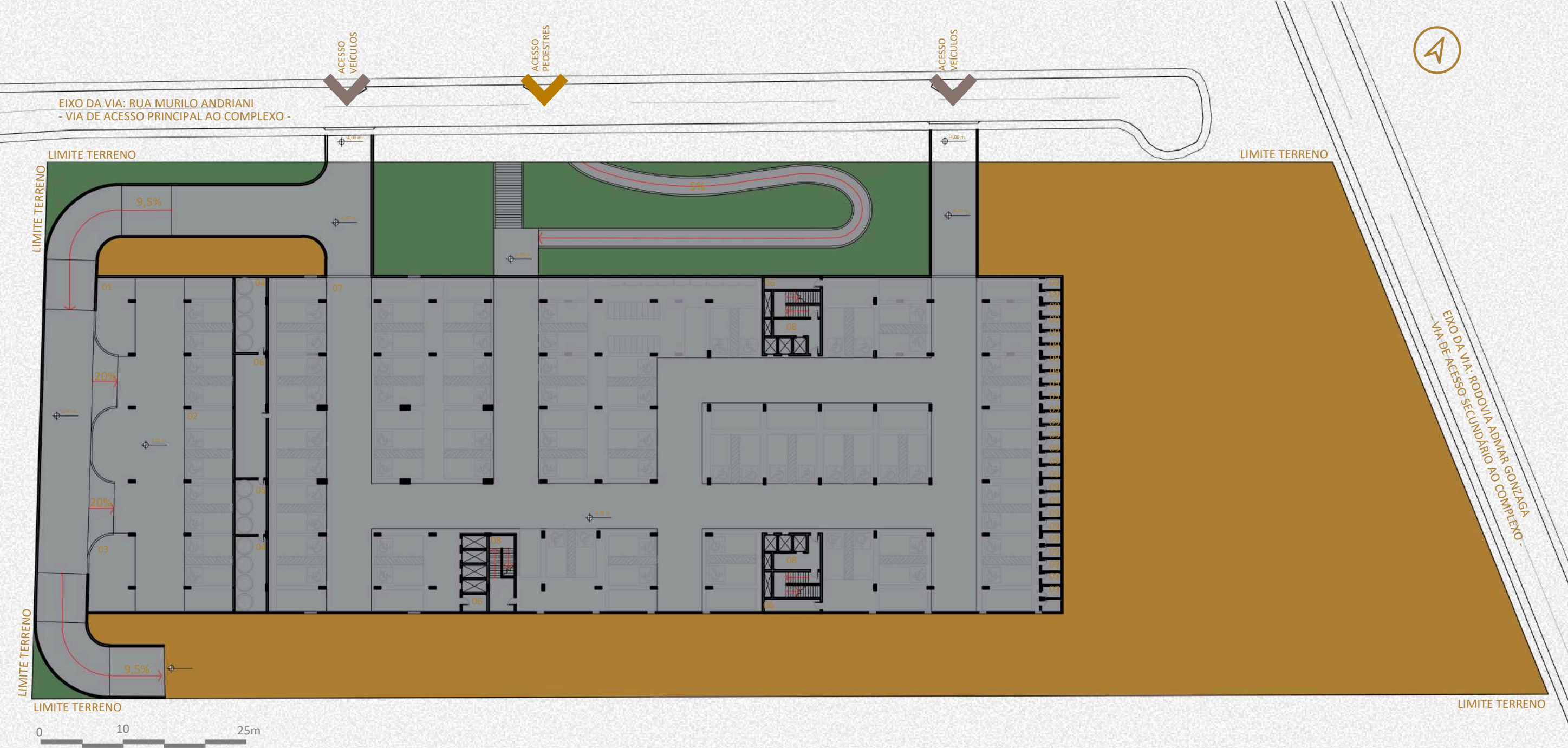


FACHADA NOROESTE

O PROJETO: OS DESENHOS

PLANTA PAVIMENTO SUBSOLO

esc. 1:500



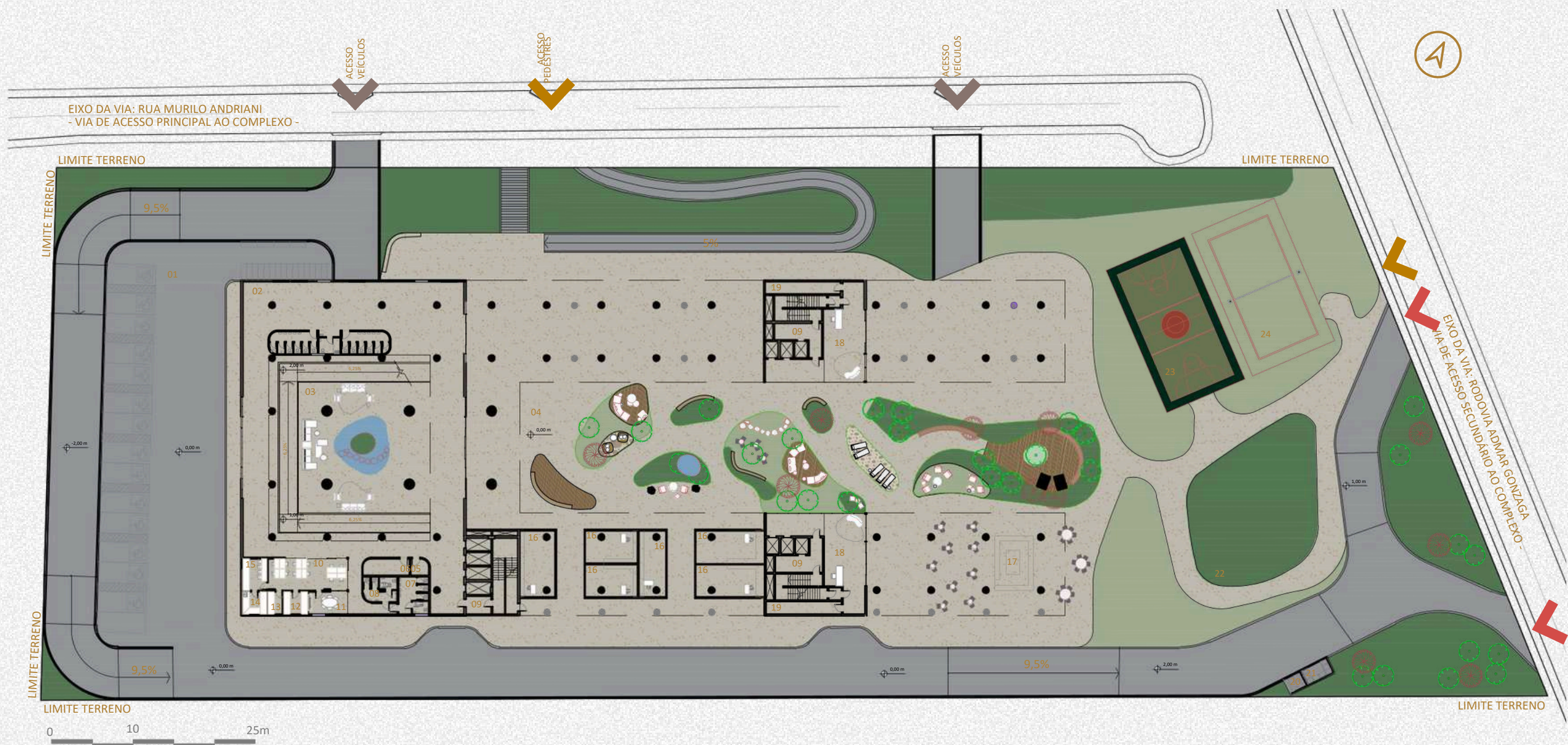
- 01. LAVABO - A = 100 m²
- 02. ESTACIONAMENTO FUNCIONARIOS - 13 VAGAS (10 ACESSIVEIS + 3)
- 03. OFICINA - A = 110 m²
- 04. CISTERNA - A = 72 m²
- 05. RESERVATÓRIO ÁGUA CINZA - A = 26 m²
- 06. ÁREA TÉCNICA - A = 86 m² (6.5 + 10.5 + 10.5)
- 07. ESTACIONAMENTO COBERTO - 92 VAGAS (68 ACESSIVEIS + 24) + 27 BIKE- A = 3843 m²
- 08. CIRCULAÇÃO VERTICAL - A = 209 m² (66 + 2*71.5)
- 09. HOBBYBOX - 25 UNIDADES

- ACESSO DE CARROS
- ACESSO DE PEDESTRES

O PROJETO: OS DESENHOS

PLANTA PAVIMENTO TÉRREO

esc. 1:500



- 01. ESTACIONAMENTO FUNCIONARIOS ABERTOS - 15 VAGAS ACESSIVEIS
- 02. ESPAÇO DE EXPOSIÇÃO - A = 630 m² (270 +360 ABERTO)
- 03. ESPERA - A = 325 m²
- 04. AREA TÉCNICA - A = 4,3 m²
- 05. RESERVATÓRIO ÁGUA CINZA - A = 26 m²
- 06. SALA DE REGULAÇÃO SENSORIAL - A = 11 m²
- 07. BANHEIRO FEMININO - A = 17 m²
- 08. BANHEIRO MASCULINO - A = 13 m²
- 09. CIRCULAÇÃO VERTICAL
- 10. ADMINISTRAÇÃO - A = 40 m²

- 11. SALA DE DE REUNIÃO - A = 15 m²
- 12. ARQUIVO - A = 9 m²
- 13. DEPOSITO - A = 6 m²
- 14. DML - A = 9 m²
- 15. COPA E ESTAR FUNCIONÁRIOS - A = 12 m²
- 16. ESPAÇO COMERCIAL - 6 LOJAS
- 17. QUIOSQUE CAFETERIA
- 18. HALL DE ENTRADA
- 19. ÁREA TÉCNICA - A =
- 20. CENTRAL DE GÁS - A = 4 m²

- 21. CASA DE LIXO - A = 6,5 m²
- 22. POMAR
- 23. QUADRA MULTIUS
- 24. QUADRA DE AREIA
- ACESSO DE CARROS
- ACESSO DE PEDESTRES
- VIA DE FRUIÇÃO - EMERGÊNCIA

O PROJETO: OS DESENHOS

PLANTA PRIMEIRO PAVIMENTO

esc. 1:500



- 01. SALA DE COMPUTAÇÃO - A = 22,5 m²
- 02. SALA DE MUSICA - A = 27 m²
- 03. OFICINA - A = 27 m²
- 04. COSTURA - A = 27 m²
- 05. SALA DE ARTES - A = 27 m²
- 06. VESTIÁRIO PNE - A = 7,5 m²
- 07. BANHEIRO FEMININO - A = 17 m² - VESTIÁRIO FEMININO - A = 16 m²
- 08. BANHEIRO MASCULINO - A = 13 m² - VESTIÁRIO MASCULINO - A = 16 m²
- 09. ESTAR ABERTO - A = 16 m²
- 10. SALÃO DE JOGOS - A = 101,5 m²

- 11. EXPOSIÇÃO - A = 181,5 m²
- 12. SALÃO MULTIUSO - A = 80 m²
- 13. ÁREA TÉCNICA - A = 4,3 m²
- 14. SALA DE REGULAÇÃO SENSORIAL - A = 11 m²
- 15. CIRCULAÇÃO VERTICAL
- 16. ESPERA MORADIA INDEPENDENTE - A = 15,3 m²
- 17. SALA DE REUNIÃO M.I. - A = 15,3 m²
- 18. ARQUIVO M. I. - A = 9 m²
- 19. ADMINISTRATIVO M. I. - A = 110 m²
- 20. ESTAR/ESPERA M. I. - A = 50 m²

- 21. DML M. I. - A = 12 m²
- 22. ROUPARIA M. I. - A = 4,5 m²
- 23. COPA - A = 21,5 m²
- 24. DORMITÓRIO FUNCIONÁRIOS M. I. - A = 25 m²
- 25. ENFERMARIA - A = 15 m²
- 26. FARMÁCIA - A = 6 m²
- 27. DEPOSITO - A = 6 m²
- 28. ÁREA TÉCNICA
- 29. JARDIM INTERNO
- 30. APARTAMENTO ROTATIVO - A = 43,3 m²
- 31. CIRCULAÇÃO - A = 140 m²

O PROJETO: OS DESENHOS

PLANTA SEGUNDO PAVIMENTO

esc. 1:500



- 01. DESPENSA - A = 11 m²
- 02. COZINHA - A = 100 m²
- 03. HIGIENIZAÇÃO - A = 13,5 m²
- 04. SERVIÇO - A = 53,5 m²
- 05. HORTA - A = 25 m²
- 06. VESTIÁRIO PNE - A = 7,5 m²
- 07. BANHEIRO FEMININO - A = 17 m² - VESTIÁRIO FEMININO - A = 16 m²
- 08. BANHEIRO MASCULINO - A = 13 m² - VESTIÁRIO MASCULINO - A = 16 m²
- 09. REFEITÓRIO - A = 228 m²
- 10. REFEITÓRIO EXTERNO - A = 110 m²

- 11. DML - A = 10 m²
- 12. ALMOXARIFADO - A = 8 m²
- 13. SALA NUTRICIONISTA - A = 6,5 m²
- 14. DEPOSITO - A = 10,5 m²
- 15. COZINHA OFICINA - A = 42,5 m²
- 16. SALA DE REGULAÇÃO SENSORIAL - A = 11 m²
- 17. ÁREA TÉCNICA - A = 4,3 m²
- 18. CIRCULAÇÃO VERTICAL
- 19. ÁREA TÉCNICA - A = 12 m²
- 20. CIRCULAÇÃO - ESTAR - A = 176 m²

- 21. APARTAMENTO TIPOLOGIA 02 - A = 50 m²
- 22. APARTAMENTO TIPOLOGIA 01 - A = 33 m²
- 23. APARTAMENTO TIPOLOGIA 04 - A = 91,5 m²
- 24. APARTAMENTO TIPOLOGIA 03 - A = 81 m²

O PROJETO: OS DESENHOS

PLANTA TERCEIRO PAVIMENTO

esc. 1:500



- 01. CONSULTÓRIO - A = 13 m²
- 02. ENFERMARIA - A = 17 m²
- 03. FARMÁCIA - A = 4 m²
- 04. PASSARELA - A = 107 m²
- 05. ESTAR ABERTO - A = 16 m²
- 06. VESTIÁRIO PNE - A = 7,5 m²
- 07. BANHEIRO FEMININO - A = 17 m² - VESTIÁRIO FEMININO - A = 16 m²
- 08. BANHEIRO MASCULINO - A = 13 m² - VESTIÁRIO MASCULINO - A = 16 m²
- 09. ATENDIMENTO INDIVIDUAL - A = 10,2 m²
- 10. ATENDIMENTO FAMILIAR - A = 24,5 m²

- 11. SALA MULTIUSO - A = 25 m²
- 12. ESPERA - A = 65 m²
- 13. COPA / ESTAR FUNCIONARIO - A = 19 m²
- 14. DML - A = 8 m²
- 15. ALMOXARIFADO - A = 5 m²
- 16. ARQUIVO - A = 7,5 m²
- 17. ADMINISTRATIVO - A = 30 m²
- 18. CIRCULAÇÃO VERTICAL
- 19. ÁREA TÉCNICA - A = 4,3 m²
- 20. SALA DE REGULAÇÃO SENSORIAL - A = 11 m²

- 21. APARTAMENTO TIPOLOGIA 02 - A = 50 m²
- 22. APARTAMENTO TIPOLOGIA 01 - A = 33 m²
- 23. APARTAMENTO TIPOLOGIA 04 - A = 91,5 m²
- 24. APARTAMENTO TIPOLOGIA 03 - A = 81 m²
- 25. CIRCULAÇÃO VERTICAL
- 26. ÁREA TÉCNICA - A = 12 m²
- 27. CIRCULAÇÃO - ESTAR - A = 176 m²

O PROJETO: OS DESENHOS

PLANTA QUARTO PAVIMENTO

esc. 1:500



- 01. SALA DE FISIOTERAPIA / PILATES - A = 57,5 m²
- 02. SALA FUNCIONAL/ESCALADA - A = 45,5 m²
- 03. ACADEMIA - A = 210 m²
- 04. PASSARELA - A = 107 m²
- 05. ESTAR ABERTO - A = 16 m²
- 06. VESTIÁRIO PNE - A = 7,5 m²
- 07. BANHEIRO FEMININO - A = 17 m² - VESTIÁRIO FEMININO - A = 16 m²
- 08. BANHEIRO MASCULINO - A = 13 m² - VESTIÁRIO MASCULINO - A = 16 m²
- 09. SALA IOGA - A = 38,5 m²
- 10. SALA DE DANÇA - A = 57,5 m²

- 11. SALA DE REGULAÇÃO SENSORIAL - A = 11 m²
- 12. ÁREA TÉCNICA - A = 4,3 m²
- 13. TERRAÇO - A = 740 m²
- 14. ÁREA TÉCNICA - A = 12 m²
- 15. CIRCULAÇÃO VERTICAL
- 16. CIRCULAÇÃO - ESTAR - A = 176 m²
- 17. APARTAMENTO TIPOLOGIA 04 - A = 91,5 m²
- 18. APARTAMENTO TIPOLOGIA 03 - A = 81 m²

O PROJETO: OS DESENHOS

PLANTA QUINTO PAVIMENTO

esc. 1:500



- | | |
|---|--|
| 01. BANHEIRO FEMININO - A = 17 m ² - VESTIÁRIO FEMININO - A = 44 m ² | 11. SALA DE REGULAÇÃO SENSORIAL - A = 11 m ² |
| 02. BANHEIRO MASCULINO - A = 13 m ² - VESTIÁRIO MASCULINO - A = 44 m ² | 12. ÁREA TÉCNICA - A = 4,3 m ² |
| 03. CASA DE MAQUINA - A = 12,3 m ² | 13. BARRILETE - A = 65 m ² |
| 04. DEPOSITO - A = 5,3 m ² | 14. ÁREA TÉCNICA - A = 12 m ² |
| 05. PASSARELA - A = 107 m ² | 15. CIRCULAÇÃO VERTICAL |
| 06. SALA CUIDADOS PESSOAIS - A = 24,5 m ² | 16. CIRCULAÇÃO - ESTAR - A = 176 m ² |
| 07. SALA DE TERAPIA / SPA - A = 11 m ² | 17. APARTAMENTO TIPOLOGIA 04 - A = 91,5 m ² |
| 08. SALA DE TERAPIA / SPA - A = 16,5 m ² | 18. APARTAMENTO TIPOLOGIA 03 - A = 81 m ² |
| 09. ESPERA - A = 10 m ² | |
| 10. SALA DE FLUTUAÇÃO - A = 7,5 m ² | |

O PROJETO: OS DESENHOS

PLANTA PAVIMENTO COBERTURA

esc. 1:500



- 01.** PISCINA - $A = 1244 \text{ m}^2$
02. TERRAÇO - $A = 772 \text{ m}^2$
03. COBERTURA BARRILETE - $A = 72 \text{ m}^2$

O PROJETO: OS DESENHOS

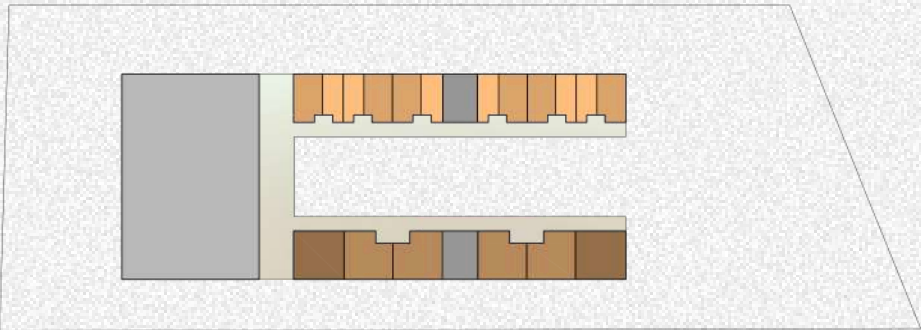
PLANTA APARTAMENTOS

6.6 UNIDADES HABITACIONAIS:

As unidades habitacionais são organizadas em quatro tipologias, todas plenamente acessíveis. Os dormitórios são separados da área de preparo de alimentos para atender às diretrizes de regulação sensorial. As tipologias variam entre um, dois e três quartos, adequando-se a diferentes configurações familiares. Todas contam com estar integrado, cozinha completa e banheiro acessível, garantindo autonomia e conforto no uso cotidiano.

LEGENDA

- Tipologia 01
- Tipologia 02
- Tipologia 03
- Tipologia 04



TIPOLOGIA 01:

A = 38,65 m²
12 unidades



TIPOLOGIA 02:

A = 56,00 m²
12 unidades



TIPOLOGIA 03:

A = 89,00 m²
16 unidades



TIPOLOGIA 04:

A = 99,5 m²
8 unidades



O PROJETO: OS DESENHOS

IMAGENS

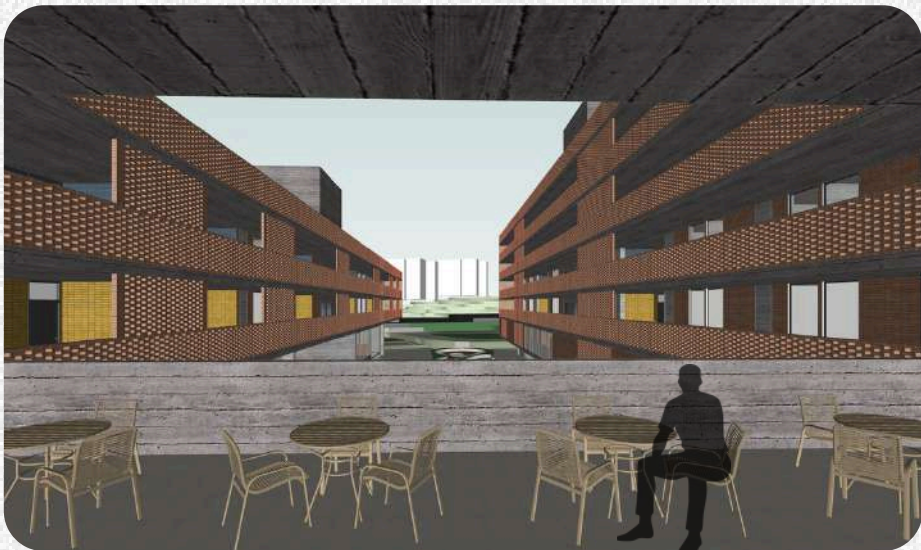
sem escala



Área comunal Bloco Residencial B



Hall entrada Bloco Residencial A



Bloco Bem Estar



Passarela comunicação entre blocos



Hall entrada Bloco Bem Estar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados evidenciam a importância de oferecer às pessoas adultas com deficiência e neurodivergência condições de vida mais autônomas, apoiadas por espaços físicos adequados que ampliem suas possibilidades de vivências e interações com o meio. As metodologias adotadas, incluindo referências bibliográficas e pesquisa de campo com usuários, familiares e profissionais da saúde, foram fundamentais para compreender as necessidades específicas desse público e estruturar diretrizes coerentes com a realidade encontrada.

O processo evidenciou, contudo, que o campo de estudo ainda precisa ser ampliado, sobretudo em relação à diversidade de participantes, para que novas camadas de análise possam ser exploradas. Ficou claro também que a legislação brasileira, mesmo aquela voltada à acessibilidade, não contempla as variadas demandas de pessoas neurodivergentes, o que as torna invisíveis aos órgãos responsáveis pela regulamentação e compromete a garantia de espaços dignos e adequados às suas necessidades.

Diante da complexidade envolvida na criação de projetos acessíveis em todas as suas dimensões, compreende-se que a solução apresentada configura um conjunto global de intenções que pode e deve ser aprofundado. O tema abrange inúmeros desdobramentos e abre caminhos promissores para o refinamento de diretrizes futuras. Assim, este estudo cumpre seu propósito inicial de contribuir para o entendimento da relação entre pessoas neurodivergentes e o ambiente construído, oferecendo subsídios para a sociedade e, em especial, para profissionais e estudantes da arquitetura que buscam projetar espaços mais sensíveis, funcionais e inclusivos.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

CAMBIAGHI, S. Desenho Universal: Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas. 1 ed. São Paulo: SENAC, 2007. p 23-60.

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: MPSC, 20

FIETZ, Helena Moura. Habitando incertezas: reflexões sobre deficiência e práticas de cuidado na luta moradia assistida. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 23, n. 3, p. 103-131, 2018. DOI: 10.5433/2176-6665.2018v23n3p103. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34304>. Acesso em: 5 out. 2025.

POPPE, Flavia. Moradia para a vida independente: um novo marco conceitual. Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 41-64, jun. 2024. ISSN 2674-9122. Disponível em: <https://ojs.defensoria.sp.def.br/index.php/RDPSP/article/view/172>. Acesso em: 05 out. 2025.

SILVA, Juliana Christiny Mello da; ROLA, Sylvia Meimaridou; BRASIL, Paula de Castro. A inter-relação entre a pessoa com TEA e a neuroarquitetura habitacional: o morar do autista. Estudos em Design| Revista (online), Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 128-150, 2024. ISSN 1983-196X.

VALERA, Sergi. Psicología Ambiental: bases teóricas y epistemológicas. In: ÍÑIGUEZ, L; POL, E. (orgs.). Cognición, representación y apropiación del espacio. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, v.9, p. 1 - 14, 1996